

-----**ACTA 1/2011**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 3 de Janeiro de 2011**-----

-----Aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente questionou se algum dos Autarcas presentes queria usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Aranha Figueiredo, com a seguinte intervenção:"Começo por referir-me ao Relatório Final da IGAL. Parece-me cada vez mais óbvio que a Câmara tem na sua posse o Relatório e há mais de três meses. Tenho conhecimento, como já referi várias vezes, do Despacho do Secretário de Estado datado de 15 de Julho de 2010, o ofício que me foi facultado tem data de 15 ou 16 de Setembro (ofício remetido ao Senhor Presidente), e em 30 de Setembro o Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha recebido ofício a dizer que foi enviado à Câmara o Relatório Final. Não admito que o Relatório se tenha extraviado do correio. Por outro lado, o Presidente da Câmara afirma que não tem conhecimento do mesmo, o que quer

dizer que alguém dentro da Câmara sonegou a informação ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores e ao Presidente da Assembleia, o que é muito grave, pois o Relatório contém aspectos relevantes para a intervenção da Câmara, sob pena das acções da Câmara não serem as mais correctas.-----

-----Outro aspecto, tem a ver com o facto de um membro da Assembleia ter referido que o Relatório não chegou ao fim relativamente à parte criminal. Essa é o Ministério Publico a decidir sobre ela e a remetê-la para o Tribunal. No respeitante à declaração de nulidade, o acto já é nulo, não seria preciso ninguém declará-lo, mas como o Senhor Presidente não o reconhece é necessário o Tribunal declarar essa nulidade. O Senhor Presidente peça a um advogado que lhe explique o que são actos nulos e vai ver que tenho razão.-----

-----A questão aqui é: o Secretário de Estado remeteu para o Ministério Publico o Relatório, no sentido deste verificar das ilegalidades, se são puníveis criminalmente. As situações são muito graves e podem dar perda de mandato.-----

-----O problema mais grave é o atraso de três meses, na entrega do Relatório. Os actos verificados pela IGAL são no prédio do Batista & Gil, são todos nulos, o acto da licença de construção, da licença de utilização, os empréstimos e as escrituras. Este tempo de três meses era fundamental para a Câmara tomar medidas para redução dos danos que está a provocar quer para si mesma, quer para os particulares.-----

-----A situação do Evaristo Fonseca, na Azeitada, é também de um desrespeito muito grave, e não sei como vai dar a volta a esta questão. É que para a regularização deste, tem de haver por parte da REN uma desafecção, e se a REN não aprovar, a casa tem de ser demolida. Ao longo do tempo o Senhor vai tentando fazer alterações sucessivas do PDM, mas isto não anula os actos praticados pela Câmara. Mais, o banco pode exigir à Câmara uma indemnização pelos actos que o Senhor tem praticado.-----

-----A Inspecção faz Recomendações à Autarquia, nomeadamente, direito à oposição; melhor informação técnica, já que os

processos vêm mal informados; registo de incompatibilidades; utilização e abuso das viaturas da Autarquia; relativamente ao processo de Joaquim Batista Rafael, é mencionado que tem de haver um só critério para avaliação de terrenos, ou mesmo uma Comissão de Avaliação, para que haja o tal critério comum a todos.-----

-----Depois de tudo isto, tenho uma proposta, a qual peço que seja incluída para discussão e distribuída por todos os Autarcas, que passo a ler:-----

-----Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Almeirim de 03/01/2011.-----

-----Proposta.-----

-----O Senhor Secretário de Estado da Administração Local despachou em 15/07/2010 o Relatório Final, remetendo-o para o Exmº Magistrado do Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou à Assembleia que se realizou no dia 30 de Setembro de 2010, que tinha recebido um ofício que informava ter a IGAL remetido para a Câmara o Relatório Final da inspecção efectuada à Câmara por aquela Entidade.-----

-----Hoje por solicitação pessoal foi entregue nova cópia do ofício da IGAL a enviar à Câmara o Relatório Final cuja data é de 15 ou 16 de Setembro de 2010.-----

-----Estes factos provam claramente que o Relatório em causa está na Câmara há mais de três meses, sem no entanto ser distribuído à Câmara e à Assembleia Municipal.-----

-----Como o Senhor Presidente da Câmara tem vindo a afirmar em vários momentos que não tinha na sua posse o Relatório Final podemos concluir que poderá ter havido infracção grave tendo sido sonegada informação importante ao Senhor Presidente da Câmara e aos Vereadores assim como ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Deputados Municipais.-----

-----O que se passou poderá acarretar maiores prejuízos aos particulares e à Câmara, uma vez que nestes mais de 3 meses

deveriam ter sido tomadas medidas que reduzissem os danos causados, pelo que se propõe:-----

-----1 - Que seja instaurado um inquérito para averiguação de responsabilidades e apuramento de eventual matéria disciplinar.-

-----2 - Que seja nomeado o Sr. Dr. Vítor Batista para instrutor do processo.-----

-----3 - Que esta proposta seja aprovado por minuta.-----

-----Almeirim, 03/01/2011.-----

-----O Vereador da CDU - Aranha Figueiredo."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse ter tomado conhecimento do assunto quando chegou à reunião, e questionou em que data o Presidente da Assembleia Municipal teve conhecimento do ofício. Disse ainda que subscreve na íntegra a intervenção do Vereador Aranha Figueiredo. Afirmou que se estivéssemos num Estado de Direito, tudo se faria como a Lei preconiza, o que na realidade não acontece, bastando para isso ver os atropelos existentes e contínuos. Perguntou ainda, em que se baseia o recomeço das obras do Centro Escolar de Fazendas.-----

-----Falou ainda sobre o processo contra Joaquim Batista Rafael, processo este que é composto de situações tão graves, que há suspeição de documentos que foram feitos à posteriori, e até falsificação de documentos, pois consta que existe um documento do qual não se tem conseguido entregar o original. São processos que não estão adequados a um Estado de Direito. Por fim, o Senhor Vereador Francisco Maurício confirmou que tudo o que foi dito pelo Vereador Aranha Figueiredo é verdade, que há cinco anos que as coisas se passam desta forma, e que nunca vê consequências praticas.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que em relação à avaliação, a mesma foi feita por peritos que confirmam os valores da avaliação. Relativamente ao Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, esclareceu que foi presente à Assembleia Municipal a proposta de alteração ao PDM, e que estão criadas todas as

condições para que as obras continuem.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo voltou a usar da palavra para comentar que não foi muito exaustivo na abordagem ao Relatório, mas que o Tribunal há-de decidir relativamente aos actos que estão praticados, e referiu que a Câmara deverá tentar prevenir os prejuízos que vai haver, quer junto da Câmara quer dos particulares.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que fez uma leitura rápida e obviamente que está de acordo, mas que há uma questão que lhe levanta fortes dúvidas, que é a nomeação do Dr. Vítor Batista como instrutor do processo, pondo a hipótese de ser alguém exterior à Câmara, até porque o Dr. Vítor é assalariado na Câmara e já deve ser conhecedor do processo mas que mesmo assim, não é isto que o levará a votar contra.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo respondeu que o Dr. Vítor Batista é um douto jurista desta Câmara, e que tem a capacidade técnica de fazer seguir o processo, mas que não exclui outra proposta, admitindo que possa haver uma solução mais equilibrada. O importante é que se esclareça porque é que só agora o Relatório foi entregue à Câmara e Assembleia Municipal.-----

-----Posta a proposta da CDU a votação, foi a mesma rejeitada com 5 votos contra do PS, e 2 a favor da CDU e MICA.-----

-----Declaração de Voto do Senhor Vereador Aranha Figueiredo:---

-----"Senhor Presidente, como é óbvio votei favoravelmente porque entendo que esta proposta ajudaria a clarificar actos que foram praticados na Câmara e que são lesivos para a Câmara e para particulares. Não foi esse o entendimento da maioria, o que quer dizer que da leitura politica, há responsabilidade do Presidente da Câmara e Vereadores, pelo facto do processo estar

retido há mais de 3 meses. O Presidente da Câmara faltou à verdade, quando disse que não conhecia o Relatório, isto é muito grave e indigno do lugar que ocupa enquanto Presidente da Câmara. Sinceramente lamento que haja troca de princípios, por conveniências, e que sejam eliminados princípios de clareza, que ajudariam à actividade do próprio Município.-----

-----Portanto, resta-me dizer que tenho duvidas de que as coisas melhorem dentro desta Câmara.-----

-----A maioria acabou de assumir mais responsabilidades neste processo.-----

-----A maioria é totalmente conivente com eles."-----

-----Declaração de Voto do Senhor Vereador Francisco Maurício:--

-----"O Movimento que represento vota a favor da proposta, porque entende que não foram respeitados os direitos da oposição e entende que este processo deve ser clarificado. O MICA tem dificuldade em entender que haja quem vote contra a instauração de um processo que tem como objectivo esclarecer irregularidades comprovadamente reconhecidas".-----

-----Declaração de Voto do Senhor Presidente da Câmara:-----

-----"Nos termos em que a proposta está redigida, é desnecessária a instrução de um inquérito, isto é como uma "caça às bruxas", que não é hábito nesta casa. Ao pedir à Assembleia Municipal o Relatório, está a pedir algo que foi distribuído há um ano".-----

-----**PERÍODO DO PUBLICO**-----

-----Usou da palavra o Senhor Arnaldo Seixas, que falou dos seguintes assuntos:-----

-----A fachada das Escolas Velhas está degradada; há um muro que está por pintar; a adega do Laudácias; o porquê de não haver uma passadeira entre o banco Totta e o Jardim; para que serve a ciclovia no parque das Tílias; a travessa dos Apóstolos está

cheia de buracos; a Rua Padre António Vieira é um perigo constante.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse que em relação à passadeira há uma justificação técnica, que é evitar engarrafamentos junto ao cruzamento. Relativamente às ciclovias disse que o ideal seria fazer tudo de uma vez, mas que para isso tem de haver dinheiro. A intenção é ir arranjando aos poucos, com as várias intervenções que vão sendo feitas far-se-á a ligação até à vala, este é o objectivo. Informou ainda que frente ao ALDI vai ser feita uma rotunda e também uma ciclovia, e assim tudo começa a ter uma ligação.-----

-----Usou também da palavra um morador da Rua Angola, em Almeirim, fazendo queixa de uns vizinhos, que destabilizam o sossego devido a barulhos, e por frequência de pessoas menos dignas.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que tem conhecimento da situação, já foram feitas várias queixas à GNR, e que se pode voltar a fazer.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE -O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:----

-----Maria Virgínia Pisco Apolinário, noventa e um de dois mil e dez.-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA -O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Maria Virgínia Pisco Apolinário, noventa e um; Guilherme Freitas Simões, noventa e três, ambos de dois mil e dez.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À EMPRESA ÁGUAS DO RIBATEJO - O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte Proposta de Recomendação:-----

-----"Atendendo a que a Empresa Águas do Ribatejo EIM desenvolve um serviço publico inestimável no abastecimento de água e tratamento de esgotos.-----

-----Atendendo a que defendo, desde sempre, que há sectores estratégicos que devem estar totalmente na "mão" do Estado, seja ele central ou local.-----

-----Atendendo ainda a que a hipótese estatutária do capital desta Empresa estar aberto a parceiros privados foi proposto num contexto diferente do actual, onde essa era a única solução para recurso ao financiamento necessário para a comparticipação nacional de obras a realizar.-----

-----Atendendo a que a esmagadora maioria dos eleitos, nas diversas autarquias, é a favor de uma empresa totalmente publica.-----

-----Atendendo ao exposto, proponho que seja eliminado dos Estatutos da Águas do Ribatejo EIM a possibilidade de o seu capital estar aberto a privados, passando o artigo 72º, nº 2 a ter a seguinte redacção:"O capital social tem de ser detido, na integra e directamente, pelos Municípios que compõe a empresa".-

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que na altura estava vedado o acesso ao crédito, sendo que a única solução era encontrar uma entidade privada, apesar da empresa continuar a ser totalmente publica, chegando mesmo a admitir-se a possibilidade de entrarem parceiros privados. Mas o entendimento é de que a empresa deva ser unicamente publica.-----

-----Mais esclareceu que o artigo 72º referia-se a "maioria", e que agora passará a ler-se "totalmente públicos". Afirmou o Vice

Presidente que não quer o bem mais precioso em mãos de privados.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo concordou que a empresa Águas do Ribatejo deva ser cem por cento publica e está plenamente de acordo com a proposta, apesar de fazer menção ao facto desta poder ter fundamentos mais ricos, embora vá votar favoravelmente. Referiu um relatório onde estão mencionadas perdas de água, e que em média a água perdida é cerca de 50%, logo não é facturada, o que quer dizer que não é forçoso que as tarifas de água aumentem, pois mesmo com estas perdas há lucros.

-----Frisou novamente que não se justifica o aumento da água e que é importantíssimo que a empresa tenha uma atitude pró activa em manter os preços.-----

-----O Senhor Presidente chamou a atenção para as obras e investimentos que têm vindo a ser feitos.-----

-----De seguida o Senhor Vice Presidente disse ser inevitável o aumento do preço das tarifas, uma vez que o relatório é de 30 de Abril de 2010 e está muito desactualizado, sublinhando que foram acolhidas as recomendações o que quer dizer que a Câmara não está vinculada, e que de facto temos uma boa organização.-----

-----Que esta alteração é para garantir que a empresa seja totalmente pública e impeça a entrada de privados. Sublinhou que as empresas não precisam ter lucros, mas não podem é ter prejuízos.-----

-----O Vice Presidente recordou que esta gestão está a ser feita para muitos anos, se não houverem os aumentos devidos será difícil gerir a empresa daqui a alguns anos, e nessa altura quem estiver que se "desenrasque", pois se a gestão das águas entrar para o privado o que acontece é que sendo um bem essencial, os preços serão muito mais elevados. Acredita que os custos com energia, telecomunicações, por exemplo podem ser fundamentais, mais afirma que a água, o saneamento e resíduos sólidos são

muito mais importantes. Referiu que do ponto de vista politico é mais fácil dizer que não se aumentam os valores, mas tem de haver soluções para que isto seja viável.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, disse que não podia, depois de ouvir o discurso do Vereador Pedro Ribeiro, lembrar como é que há cinco anos foi concursada uma empresa com capitais sociais, isto que foi o grande evento em 2005, que seria uma empresa publica com capitais privados. Mas, continuou, os interesses políticos e particulares começaram a movimentar-se. Foi um projecto que todos subscreviam com grande energia, mas as coisas falharam pela pequenez de quem estava à frente do projecto. Resumiu afirmando que "O projecto falhou, o discurso mudou", e que não vê inconveniente se se tiver de recorrer a capitais privados, mas com os públicos sempre superiores.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo, disse que as questões das águas são fundamentadas por técnicos nacionais, afirmou ser a favor das Águas do Ribatejo, já que estas permitem poupanças significativas e porque também defende que a distribuição das águas deve ser feita a baixos custos, o que não aconteceria se fosse gerida por privados, e que os gestores públicos são tão, ou mais competentes que os privados. Voltou a referir o facto das perdas de agua e que destas perdas de deveria recuperar uma parte. Por fim disse defender os interesses dos Munícipes do nosso Concelho.-----

-----Voltou a usar da palavra o Senhor Vice Presidente, que esclareceu que em 2003 ou 2004, aquando da votação das Águas do Ribatejo, mesmo não sendo a melhor opção teria que se aceitar o facto de haver 49% de capitais privados, uma vez que não havia como recorrer ao empréstimo bancário. Então à altura, ou aceitava-se 51% de capitais públicos ou não se fazia nada. A partir do momento em que foi possível recorrer a financiamento para este investimento, o privado deixou de existir. Na altura

saíram duas Câmaras a de Santarém e Cartaxo, onde naturalmente não interessava não ter os privados, ou seja, se estes fizessem parte receberiam o dinheiro. No caso das Águas do Ribatejo, mas na versão privados, não havia compensação à Câmara. Por fim disse que se hoje em dia existem as Águas do Ribatejo, se deve em muito ao Dr. António Torres, que foi muito atacado, porque quem de direito não teve coragem de atacar os seus pares.-----

-----Posta a votação a proposta de recomendação acima descrita, foi a mesma aprovada com seis votos a favor, sendo cinco do PS e um da CDU, e uma abstenção do MICA.-----

-----Declaração de Voto do Vereador Francisco Maurício:-----

-----"Estamos perante um "fait-divers" de natureza política entre o PS e a CDU.-----

-----O PS pegou na ideia da CDU e tornou-a proposta sua.-----

-----O MICA, pela diversidade dos que o compõem, não se vai imiscuir neste assunto, mas não deixa de adiantar que não vê qualquer inconveniente se a empresa tiver que encontrar um parceiro privado para efectivar as suas obrigações, no pressuposto que deverá manter sempre a maioria do capital social na gestão desse bem público.-----

-----APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE MERCADO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS - O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:-----

-----"Atendendo à necessidade de incentivar uma agricultura e um consumo sustentáveis e consequentemente uma alimentação mais saudável a Câmara Municipal de Almeirim desenvolveu um conjunto de projectos de forma a tornar isso possível.-----

-----Assim proponho:-----

-----1 - A criação de um Mercado de produtos biológicos a realizar aos Sábados na Esplanada das Laranjeiras, em Almeirim.-

-----2 - A criação de um projecto de Agricultura Urbana utilizando apenas produtos biológicos com o nome de "Bio Hortas Urbanas de Almeirim - "Sachónabo".-----

-----3 - A obrigatoriedade de todas as quartas feiras da terceira semana de cada mês, as refeições servidas aos jovens alunos das Escolas, sob responsabilidade da Câmara, serem confeccionadas apenas com produtos de Agricultura Biológica.-----

-----4 - A divulgação das ementas escolares com a indicação do seu valor nutricional, assim como de sugestões económicas e nutricionalmente correctas como proposta para o jantar".-----

-----O Vereador Francisco Maurício disse concordar na generalidade com o teor da proposta, mas questionou onde se vai buscar a quantidade de produtos necessários à comunidade escolar e que a venda de produtos deveria ser feita no Parque das Tílias.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo referiu que a venda pode ser feita numa parte do Mercado Municipal, em vez do Parque das Laranjeiras e que a "Sachónabo" é de particulares e não de venda para as escolas, além de que pensa que esta horta não vai funcionar. Questionou ainda se a "Agro Bio" é a empresa que certifica os produtos, ao que lhe foi respondido que sim.-----

-----O Vice Presidente disse que se alguém que produza alimentos na Horta Urbana, e que os queira vender, não se oporá a isso, até porque a intenção é divulgar um determinado tipo de agricultura, que não será a actividade principal, mas sim um complemento à actividade de cada um. Em relação ao local referiu que no Mercado e devido à requalificação daquela zona, não é a melhor escolha, o Parque das Tílias também não, porque a maioria dos visitantes são de fora, sendo que o objectivo numa primeira fase será a sensibilização aos Munícipes do Concelho. Quando houver matéria prima suficiente, é uma hipótese a considerar o Parque das Tílias.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos informou que uma das razões que o levaram a concordar com a Esplanada das Laranjeiras, foi

exactamente o facto da desertificação por parte das pessoas, e que relativamente à critica tecida pelo Senhor Vereador Aranha Figueiredo, de que "viraram as costas ao comercio tradicional aberto", isto não é verdade, logo com este tipo de comercio nesta esplanada será motivo para que também o comercio se mantenha aberto.-----

-----Posta esta proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALMEIRIM - Para a discussão deste assunto e votação do mesmo, ausentou-se o Senhor Vereador Pedro Ribeiro, por se encontrar legalmente impedido de votar.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Atendendo à importância do trabalho desempenhado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeirim no contexto da protecção civil, proponho a aprovação do protocolo em anexo, para o ano de 2011".-----

-----Passo a transcrever o conteúdo do respectivo Protocolo:-----

-----"Entre:-----

-----Primeiro: Município de Almeirim, pessoa colectiva territorial, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes.-----

-----Segunda: Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, pessoa colectiva de utilidade publica, com sede na Rua Condessa da Junqueira, s/n, 2080-069 Almeirim, com o número de contribuinte fiscal 501208704, representada pelo seu Vice Presidente da Direcção, Paulo Vladimiro Santana Caetano e pelo seu Tesoureiro, Rui Manuel de Oliveira Pinto Pires.-----

-----Preambulo-----

-----Considerando que:-----

-----*A Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim tem um

papel fundamental no combate a incêndios;-----
-----*Que presta socorro às populações em casos de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os tipos de acidentes, catástrofes e calamidades;-----
-----*Que presta socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo as urgências pré-hospitalares;-----
-----*Que tem um papel importante na prevenção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espectáculos e divertimento publico e noutros recintos públicos;-----
-----*Que emite pareceres técnicos, nos termos da lei, em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;-----
-----*Que colabora em actividades de protecção civil e participa em acções para as quais esteja tecnicamente preparada;-----
-----*Que se dedica ao exercício de actividades de formação cívica, junto das populações;-----
-----É realizado e celebrado nesta data, entre o Município de Almeirim e a Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim, ao abrigo da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no seu artigo 64º, nº 4, alínea b), o presente Protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----
-----Cláusula Primeira (Objecto) - O presente protocolo visa atribuir à Associação dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Almeirim, um conjunto de apoios que servirão para que esta promova todas as actividades para as quais está vocacionada, e que se encontram já enumeradas no preambulo.-----
-----Cláusula Segunda (Condições de Cedência) - 1 - A Primeira Contraente atribui à Segunda Contraente, um montante anual de 110.000€ (cento e dez mil euros), atribuídos em catorze meses, sendo que meses de Junho e Novembro esse montante será atribuído em dobro.-----
-----2 - A Primeira Contraente atribui ainda à Segunda Contraente, um montante anual de 50.000€ (cinquenta mil euros) em espécie, destinado à aquisição de gasóleo para as viaturas afectas ao serviço da Segunda Contraente.-----

-----Cláusula Terceira (Obrigações da Segunda Contraente) - Em contrapartida da atribuição dos montantes referidos na cláusula anterior, a Segunda Contraente compromete-se a colocar operacional, em qualquer momento e quando seja necessário, todos os meios necessários ao combate a incêndios, acidentes, catástrofes, inundações e prestação de socorro à população do concelho de Almeirim.-----

-----Cláusula Quarta (Denúncia) - Acordam as partes contraentes em como o presente protocolo não poderá ser denunciado, antes do dia 31/12/2011.-----

-----Cláusula Quinta (Revisão) - O presente protocolo poderá ser revisto em qualquer altura desde que para o efeito haja acordo das partes.-----

-----Cláusula Sexta (Caducidade, Renovação) - O presente Protocolo terá a duração de um ano.-----

-----Cláusula Sétima (Entrada em Vigor) - O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, a qual se reporta a 1 de Janeiro de 2011.-----

-----Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos contraentes.-----

-----O Município de Almeirim-----

-----A Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim-----

-----Posta a votação a proposta de celebração de Protocolo com a referida Associação, foi esta aprovada por unanimidade.-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----CONSTITUIÇÃO FUNDO DE MANEIO - ANO DE 2011- Foi presente a informação da Técnica Superior, Maria do Rosário Almeida, relativa à constituição do Fundo de Maneio para o ano 2011, Fundo este que tem como "único objectivo fazer face a despesas urgentes e inadiáveis prevista na sua constituição, isto é, cuja classificação económica da despesa esteja autorizada, sendo

vedada a aquisição de bens considerados de imobilizado". É ainda referido na informação que "Assim, deverá ser constituído Fundo de Maneio nas condições previstas no nº 4 do artigo 76º da norma de controle interno referida "com dotações e rubricas orçamentais constantes do quadro" e "designação do responsável", devendo a reposição do fundo ser efectuada até ao dia 30 de Dezembro de 2011".-----

-----Foi deliberado por unanimidade atribuir o valor mensal para este Fundo, de 500€, sendo a responsável pelo mesmo, a Técnica Superior Maria do Rosário Almeida.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPRESTIMO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE ALMEIRIM E A CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM NO MONTANTE DE 339.986,74 EUROS - Foi presente pelo Senhor Presidente a minuta de contrato no valor e para a obra acima indicados, do seguinte teor:-----

-----"Contrato de Empréstimo -----

-----Entre o Município de Almeirim, com sede na Rua Cinco de Outubro, freguesia e concelho de Almeirim, adiante designado por Município, pessoa colectiva de base territorial nº 501273433, representado pelo seu Presidente, e-----

-----A Caixa Geral de Depósitos, S.A., adiante designada por Caixa, sociedade anónima, com sede em Lisboa na Av. João XXI, 63, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o numero único de matricula e pessoa colectiva 500960046, com o capital social de 4.500.000.000,00 euros, representada por dois Directores da Direcção de Banca Institucional, em ambos os casos identificados junto das respectivas assinaturas, é celebrado o presente contrato, com a referencia 9015/006985/491, o qual se regerá pelas seguintes:-----

-----Cláusulas Contratuais-----

-----1 - Natureza do empréstimo - Abertura de crédito.-----

-----2 - Montante Global do Empréstimo - Até 339.986,74

(trezentos e trinta e nove mil novecentos e oitenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos), uma parte do qual poderá ser co-financiado com fundos directamente mutuados pelo BEI à Caixa, sem quaisquer reflexos, no entanto, nas condições financeiras ou outras desta operação para o Município.-----

-----3 - Finalidade - Financiamento do seguinte projecto de investimento: "Construção da Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim".-----

-----4 - Prazo Global - 20 anos, a contar da data do contrato.--

-----5 - Período de Utilização/Diferimento - Os primeiros 36 meses do prazo (durante este período o empréstimo funcionará em regime de conta-corrente).-----

-----6 - Utilização -----

-----6.1 - A libertação de verbas do empréstimo, será feita, por parcelas e processar-se-á de acordo com as despesas do investimento realizadas e as necessidades de financiamento do(s) projecto(s).-----

-----6.2 - A prova da aplicação das verbas utilizadas poderá ser feita por iniciativa do Município ou a pedido da Caixa, nos 60 dias subsequentes à libertação de fundos.-----

-----7 - Forma de Utilização - As libertações de fundos serão efectuadas mediante pedido escrito à Câmara Municipal para cada parcela, dirigido à DBI - Direcção de Banca Institucional (Avenida João XXI, 63 - 4º piso - 1000-300 Lisboa). As respectivas verbas serão creditadas na conta de Depósitos à Ordem nº 0060.000021.830, constituída em nome do Município na Agencia da Caixa em Almeirim.-----

-----8 - Taxa de Juro -----

-----8.1 - O capital em divida vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses" apurada com referencia ao mês imediatamente anterior ao do inicio de cada período de contagem de referencia de vigência do presente contrato (média essa designada por indexante), arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um "spread" de 4,44%, donde resulta , na data da

feitura do contrato, a taxa de juro nominal de 5,709%, a que corresponde a Taxa Anual Efectiva (TAE) de 5,79%, calculada nos termos do D.L. nº 220/94, de 23/08.-----

-----8.2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se a taxa Euribor na base de 360 dias divulgada pela Reuters, página "Euribor01".-----

-----8.3 - Caso a taxa Euribor não seja divulgada, aplicar-se-á em sua substituição, igualmente convertida para a base de 360 dias, a taxa Eurolibor para o mesmo prazo ou, na falta de divulgação desta, a taxa resultante da média das taxas oferecidas no mercado monetário do Euro às 11 horas de Bruxelas, para o mesmo prazo, por quatro bancos escolhidos pela CGD de entre o painel de bancos contribuidores da Euribor.-----

-----9 - Pagamento de Juros e Reembolso do Capital-----

-----9.1 - No período de utilização/diferimento, os juros, calculados dia a dia sobre o capital em dívida, serão pagos em 6 prestações semestrais, ocorrendo a primeira um semestre após a data do contrato.-----

-----9.2 - Após o período de utilização/diferimento, o capital e os juros serão pagos em 34 prestações semestrais, de capital e juros, postecipadas e sucessivas, ocorrendo a primeira 42 meses após a data do contrato.-----

-----10 - Reembolso antecipado - Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida serão apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso.-----

-----11 - Forma dos pagamentos - Todos os pagamentos que forem devidos pelo Município nos termos do presente contrato serão efectuados por debito na conta referida na clausula 7. que aquele se obriga a provisionar antecipadamente com os fundos suficientes, ficando a Caixa autorizada a proceder aos movimentos necessários na data do vencimento.-----

-----12 - Mora - Em caso de mora, a Caixa poderá cobrar sobre o capital exigível e juros correspondentes aos períodos mínimos legalmente previstos juros calculados à taxa de juro contratual,

que em cada dia em que se verificar a mora estiver em vigor, acrescida de uma sobretaxa até 4% ao ano.-----

-----13 - Garantia -----

-----13.1 - Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos do empréstimo, o Município dá em garantia à Caixa as receitas municipais, com excepção das correspondentes a subsídios, participações e das que se encontrem consignadas.-----

-----13.2 - Das receitas municipais, a Caixa fica autorizada, nos termos do artº 34º da Lei 2/2007, de 15/01, a receber directamente do Estado, até ao limite das importâncias vencidas e não pagas, as verbas correspondentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial.-----

-----14 - Refinanciamento - O Município aceitará colaborar com a Caixa, no caso de esta lhe vir a solicitar a transformação do presente financiamento em empréstimo obrigacionista, mantendo-se as condições financeiras e prazos e desde que dessa alteração não resultem quaisquer encargos para o Município.-----

-----15 - Acompanhamento do Investimento - O produto do empréstimo deverá ser utilizado para financiamento do(s) projecto(s) indicado(s) na clausula 3., podendo a Caixa solicitar todos os elementos indispensáveis à prova da sua aplicação, devendo evitar-se situações de duplo financiamento.--

-----16 - Despesas - Ficam de conta do Município todas as despesas originadas pela celebração do contrato e outras que venham a ter lugar na vigência do mesmo, nomeadamente eventuais despesas judiciais.-----

-----17 - Incumprimento/Exigibilidade Antecipada - A Caixa poderá resolver o contrato ou considerar antecipadamente vencida toda a dívida e exigir o seu imediato pagamento, no caso de incumprimento de qualquer obrigação assumida pelo Município.----

-----18 - Informação Diversa - O Município disponibiliza-se para fornecer, quando solicitados, quaisquer elementos de informação

relativos à sua contabilidade e gestão, designadamente, o Balanço e a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Mapas de Empréstimos e de Outras Dividas a Terceiros, bem como quaisquer outros relacionados com o Contrato e o seu cumprimento.-----

-----19 - Lei Aplicável e Foro - Ao presente contrato e aos que o completarem ou alterarem, aplicar-se-á a lei portuguesa, sendo competente para dirimir qualquer pleito emergente do mesmo, o Foro da Comarca de Lisboa.-----

-----20 - Formalidades - A produção de efeitos financeiros deste contrato fica dependente da obtenção das necessárias deliberações dos Órgãos Municipais competentes e do Visto do Tribunal de Contas. A aprovação da Assembleia Municipal deverá ser obtida por maioria absoluta dos respectivos membros em efectividade de funções, nos termos do nº 8 do artº 38º da Lei 2/2007, de 15/01.-----

-----21 - Comissões - Será cobrada uma comissão de acompanhamento mínima de 40.00 euros/ano, conforme preçário actualmente em vigor.-----

-----Feito em três exemplares de igual valor e conteúdo, destinando-se um à Caixa e os restantes ao Município."-----

-----Este Contrato de Empréstimo Bancário foi aprovado por unanimidade e minuta.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPRESTIMO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE ALMEIRIM E A CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, PARA CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - TROÇO ENTRE A ESTRADA DE VALE BARROCAS E A E.M. 578 NO MONTANTE DE 396.808,16 EUROS -----

-----Foi presente pelo Senhor Presidente a minuta de contrato no valor e para a obra acima indicados, do seguinte teor:-----

-----"Contrato de Empréstimo -----

-----Entre o Município de Almeirim, com sede na Rua Cinco de

Outubro, freguesia e concelho de Almeirim, adiante designado por Município, pessoa colectiva de base territorial nº 501273433, representado pelo seu Presidente, e-----

-----A Caixa Geral de Depósitos, S.A., adiante designada por Caixa, sociedade anónima, com sede em Lisboa na Av. João XXI, 63, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o numero único de matrícula e pessoa colectiva 500960046, com o capital social de 4.500.000.000,00 euros, representada por dois Directores da Direcção de Banca Institucional, em ambos os casos identificados junto das respectivas assinaturas, é celebrado o presente contrato, com a referencia 9015/006986/291, o qual se regerá pelas seguintes:-----

-----Cláusulas Contratuais-----

-----1 - Natureza do empréstimo - Abertura de crédito.-----

-----2 - Montante Global do Empréstimo - Até 396.808,16 euros (trezentos e noventa e seis mil oitocentos e oito euros e setenta e dezasseis cêntimos), uma parte do qual poderá ser co-financiado com fundos directamente mutuados pelo BEI à Caixa, sem quaisquer reflexos, no entanto, nas condições financeiras ou outras desta operação para o Município.-----

-----3 - Finalidade - Financiamento do seguinte projecto de investimento: "Construção da Circular Urbana de Almeirim - Troço entre a Estrada de Vale Barrocas e a E.M. 578".-----

-----4 - Prazo Global - 20 anos, a contar da data do contrato.--

-----5 - Período de Utilização/Diferimento - Os primeiros 36 meses do prazo (durante este período o empréstimo funcionará em regime de conta-corrente).-----

-----6 - Utilização -----

-----6.1 - A libertação de verbas do empréstimo, será feita, por parcelas e processar-se-á de acordo com as despesas do investimento realizadas e as necessidades de financiamento do(s) projecto(s).-----

-----6.2 - A prova da aplicação das verbas utilizadas poderá ser feita por iniciativa do Município ou a pedido da Caixa, nos 60 dias subsequentes à libertação de fundos.-----

-----7 - Forma de Utilização - As libertações de fundos serão efectuadas mediante pedido escrito à Câmara Municipal para cada parcela, dirigido à DBI - Direcção de Banca Institucional (Avenida João XXI, 63 - 4º piso - 1000-300 Lisboa). As respectivas verbas serão creditadas na conta de Depósitos à Ordem nº 0060.000021.830, constituída em nome do Município na Agencia da Caixa em Almeirim.-----

-----8 - Taxa de Juro -----

-----8.1 - O capital em divida vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses" apurada com referencia ao mês imediatamente anterior ao do inicio de cada período de contagem de referencia de vigência do presente contrato (média essa designada por indexante), arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um "spread" de 4,44%, donde resulta , na data da feitura do contrato, a taxa de juro nominal de 5,709%, a que corresponde a Taxa Anual Efectiva (TAE) de 5,79%, calculada nos termos do D.L. nº 220/94, de 23/08.-----

-----8.2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se a taxa Euribor na base de 360 dias divulgada pela Reuters, página "Euribor01".-----

-----8.3 - Caso a taxa Euribor não seja divulgada, aplicar-se-á em sua substituição, igualmente convertida para a base de 360 dias, a taxa Eurolibor para o mesmo prazo ou, na falta de divulgação desta, a taxa resultante da média das taxas oferecidas no mercado monetário do Euro às 11 horas de Bruxelas, para o mesmo prazo, por quatro bancos escolhidos pela CGD de entre o painel de bancos contribuidores da Euribor.-----

-----9 - Pagamento de Juros e Reembolso do Capital-----

-----9.1 - No período de utilização/diferimento, os juros, calculados dia a dia sobre o capital em divida, serão pagos em 6 prestações semestrais, ocorrendo a primeira um semestre após a data do contrato.-----

-----9.2 - Após o período de utilização/diferimento, o capital e os juros serão pagos em 34 prestações semestrais, de capital e

juros, postecipadas e sucessivas, ocorrendo a primeira 42 meses após a data do contrato.-----

-----10 - Reembolso antecipado - Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida serão apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso.-----

-----11 - Forma dos pagamentos - Todos os pagamentos que forem devidos pelo Município nos termos do presente contrato serão efectuados por débito na conta referida na cláusula 7. que aquele se obriga a provisionar antecipadamente com os fundos suficientes, ficando a Caixa autorizada a proceder aos movimentos necessários na data do vencimento.-----

-----12 - Mora - Em caso de mora, a Caixa poderá cobrar sobre o capital exigível e juros correspondentes aos períodos mínimos legalmente previstos juros calculados à taxa de juro contratual, que em cada dia em que se verificar a mora estiver em vigor, acrescida de uma sobretaxa até 4% ao ano.-----

-----13 - Garantia -----
-----13.1 - Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos do empréstimo, o Município dá em garantia à Caixa as receitas municipais, com excepção das correspondentes a subsídios, participações e das que se encontrem consignadas.-----

-----13.2 - Das receitas municipais, a Caixa fica autorizada, nos termos do artº 34º da Lei 2/2007, de 15/01, a receber directamente do Estado, até ao limite das importâncias vencidas e não pagas, as verbas correspondentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial.-----

-----14 - Refinanciamento - O Município aceitará colaborar com a Caixa, no caso de esta lhe vir a solicitar a transformação do presente financiamento em empréstimo obrigacionista, mantendo-se as condições financeiras e prazos e desde que dessa alteração não resultem quaisquer encargos para o Município.-----

- 15 - Acompanhamento do Investimento - O produto do empréstimo deverá ser utilizado para financiamento do(s) projecto(s) indicado(s) na clausula 3., podendo a Caixa solicitar todos os elementos indispensáveis à prova da sua aplicação, devendo evitar-se situações de duplo financiamento.--
- 16 - Despesas - Ficam de conta do Município todas as despesas originadas pela celebração do contrato e outras que venham a ter lugar na vigência do mesmo, nomeadamente eventuais despesas judiciais.-----
- 17 - Incumprimento/Exigibilidade Antecipada - A Caixa poderá resolver o contrato ou considerar antecipadamente vencida toda a dívida e exigir o seu imediato pagamento, no caso de incumprimento de qualquer obrigação assumida pelo Município.----
- 18 - Informação Diversa - O Município disponibiliza-se para fornecer, quando solicitados, quaisquer elementos de informação relativos à sua contabilidade e gestão, designadamente, o Balanço e a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Mapas de Empréstimos e de Outras Dívidas a Terceiros, bem como quaisquer outros relacionados com o Contrato e o seu cumprimento.-----
- 19 - Lei Aplicável e Foro - Ao presente contrato e aos que o completarem ou alterarem, aplicar-se-á a lei portuguesa, sendo competente para dirimir qualquer pleito emergente do mesmo, o Foro da Comarca de Lisboa.-----
- 20 - Formalidades - A produção de efeitos financeiros deste contrato fica dependente da obtenção das necessárias deliberações dos Órgãos Municipais competentes e do Visto do Tribunal de Contas. A aprovação da Assembleia Municipal deverá ser obtida por maioria absoluta dos respectivos membros em efectividade de funções, nos termos do nº 8 do artº 38º da Lei 2/2007, de 15/01.-----
- 21 - Comissões - Será cobrada uma comissão de acompanhamento mínima de 40.00 euros/ano, conforme preçário actualmente em vigor.-----
- Feito em três exemplares de igual valor e conteúdo,

destinando-se um à Caixa e os restantes ao Município."-----

-----Este Contrato de Empréstimo Bancário foi aprovado por unanimidade e minuta.-----

-----ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DO CONCELHO DE ALMEIRIM - O Senhor Vereador José Carlos apresentou o pedido de apoio financeiro por parte da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, para realização da 9ª edição da exposição anual, este ano com o tema:"A Condessa da Junqueira e a sua Época".-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 900€-----

-----CLUBE DE AMADORES DE PESCA DO RIBATEJO - Presente o pedido de apoio financeiro deste Clube de Pesca, para procederam às inscrições e filiações dos pescadores, cujo valor total é de 2.500,00€-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar com 50% do valor acima referido, o que perfaz 1.250,00€-----

-----RANCHO FOLCLORICO DE BENFICA DO RIBATEJO - O Presidente da direcção do Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo, enviou à Autarquia o pedido de apoio financeiro para que o mesmo possa fazer face às despesas de deslocação em representação de Portugal no Festival Internacional de Folclore a realizar entre 7 e 14 de Fevereiro de 2011, em Itália.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 1.250,00€, para apoio.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE

ANDEBOL - O Senhor Vereador José Carlos apresentou o pedido de ajuda financeira por parte da Associação, para pagamento de reparação de viatura Mercedes 67-08-IG, cujo valor é de 454,43€, conforme factura que anexam ao pedido.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 50% do valor, ou seja, 227€.-----

-----HABITAÇÃO SOCIAL - Foi presente a informação da Técnica Superior, Cláudia Afonso, datada de 20 de Dezembro de 2010, do seguinte teor:-----

-----"Habitação Social - Laura Maria de Almeida Soares, Rua da Tapada, nº 4, Tapada - Almeirim.-----

-----1 - Considerando uma situação excepcional de realojamento, desde Outubro de 2002 até à data, o Município tem arrendado habitações para efeitos de sub-arrendamento a Laura Maria Almeida Soares;-----

-----2 - Em 2007/11/15 informámos da existência de 5 rendas em dívida, no valor de 875€, respeitante à habitação sita na Rua Joaquim Duarte Gonçalves Isabelinha, nº 1-2º esqº, Almeirim. Dessa situação foi notificada a sub-arrendatária (n/ ofício nº8635 de 2007/11/20) para, em 15 dias, acordar plano de pagamentos. Não foi dado cumprimento;-----

-----3 - Em 2009/09/24 informámos que se mantinha a situação de não cumprimento do pagamento mensal das rendas;-----

-----4 - Em 2009/12/29 emitimos nova informação sobre a existência de 30 rendas em dívida ao município, no valor de 7.875€. Por despacho de 2009/12/29 foi notificada a sub-arrendatária (n/ ofício nº 34 de 2010/01/06) para definir plano de pagamento da dívida.-----

-----Pela sub-arrendatária foi apresentado um pedido para amortização da dívida mediante o pagamento mensal de 50 euros a acrescer ao valor da renda. Por deliberação de Câmara de 2010/02/15 foi aceite o pedido e disso notificada a interessada pelo n/ ofício nº 651 de 2010/02/24.-----

-----5 - Entretanto, em 2010/03/01 e a pedido da sub-arrendatária, foi rescindido o arrendamento da habitação sita em Rua Joaquim Duarte Gonçalves Isabelinha, nº 1 - 2º esqº, Almeirim e celebrado novo contrato de arrendamento para uma habitação sita em Rua da Tapada, nº 4, em Tapada para posterior sub-arrendamento a Laura Soares.-----

-----Contudo, verifica-se que, a arrendatária não só nunca cumpriu o plano de pagamentos a que se propôs, como também não tem pago a renda mensal. Assim, tem actualmente 37 rendas em dívida no valor de 9.115.00 euros, conforme Resumo de Dívida que se anexa. Face ao exposto, julgo dever ser ordenado o despejo, com fundamento na falta de pagamento de rendas".-----

-----Exposta a situação, foi deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício, proceder à ordem de despejo da arrendatária.-----

-----ACTAS - Foi aprovada a acta da Reunião Extraordinária realizada a 15 de Dezembro de 2010.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e trinta minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica